O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 24 | Nº 71 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.18112263

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

MIGRAÇÃO E TRABALHO INFORMAL: UM CASO DE VENEZUELANOS EM BOA VISTA-RR

Danilo Ferreira Sodré[1]

Luis Eduardo Aragón Vaca[2]

Resumo

Este estudo aborda o tema da migração venezuelana e sua relação com a inserção no mercado de trabalho em Boa Vista, Roraima, destacando a relevância do fenômeno em nível internacional e local. O problema de pesquisa centra-se em como o trabalho informal impacta a integração social e econômica de imigrantes venezuelanos na capital de Roraima e quais são os principais obstáculos que eles enfrentam para se integrarem plenamente na sociedade receptora. O objetivo principal é analisar a relação entre a migração e o trabalho informal no grupo de imigrantes venezuelanos residentes em Boa Vista, identificando os entraves cruciais à sua integração. A metodologia utilizada consistiu na abordagem de métodos mistos, combinando uma revisão bibliográfica aprofundada sobre a migração venezuelana e o trabalho informal, com a coleta de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram realizadas com um grupo específico de migrantes venezuelanos em situação de trabalho nas ruas da cidade de Boa Vista-RR, gerando dados qualitativos ricos sobre suas experiências, percepções e desafios. Como resultados preliminares, a pesquisa aponta para uma alta dependência do trabalho informal como principal meio de subsistência, expondo os migrantes a condições precárias e limitando sua mobilidade social, ao mesmo tempo em que a falta de documentação e o preconceito constituem os principais entraves à integração. Conclui-se que o trabalho informal, embora vital para a sobrevivência imediata dos migrantes, atua como um fator de vulnerabilidade e marginalização, reforçando a necessidade de políticas públicas mais eficazes que promovam a formalização e a integração plena dos venezuelanos na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Boa Vista; Integração Social; Migração Venezuelana; Roraima; Trabalho Informal.

Abstract

This study addresses the theme of Venezuelan migration and its relation to labor market insertion in Boa Vista, Roraima, highlighting the phenomenon's relevance at international and local levels. The research problem focuses on how informal work impacts the social and economic integration of Venezuelan immigrants in Roraima's capital and what the main obstacles they face are in order to fully integrate into the host society. The main objective is to analyze the relationship between migration and informal work within the group of Venezuelan immigrants residing in Boa Vista, identifying the crucial barriers to their integration. The methodology employed consisted of a mixed-methods approach, combining an in-depth literature review on Venezuelan migration and informal work with the collection of primary data through semi-structured interviews. The interviews were conducted with a specific group of Venezuelan migrants working on the streets of Boa Vista-RR, generating rich qualitative data about their experiences, perceptions, and challenges. As preliminary results, the research points to a high dependence on informal work as the main means of subsistence, exposing migrants to precarious conditions and limiting their social mobility, while lack of documentation and prejudice constitute the main barriers to integration. It is concluded that informal work, although vital for the immediate survival of migrants, acts as a factor of vulnerability and marginalization, reinforcing the need for more effective public policies that promote the formalization and full integration of Venezuelans into Brazilian society.

Keywords: Boa Vista; Informal Labor; Roraima; Social Integration; Venezuelan Migration.

[1] Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: danilo.sodre@naea.ufpa.br

[2] Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Geografia. E-mail: aragon_naea@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O presente estudo está centrado na análise da migração internacional e suas interfaces com o mercado de trabalho, especificamente abordando o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil. O foco recai sobre a dinâmica de inserção profissional dos imigrantes no estado de Roraima, com ênfase na capital, Boa Vista. A migração venezuelana configura-se como um fenômeno complexo de proporções internacionais, impulsionado por uma severa crise econômica, política e social no país de origem, gerando um deslocamento massivo de milhões de pessoas.

No contexto brasileiro, o estado de Roraima é o principal ponto de entrada, tornando-se um laboratório social para a compreensão dos desafios enfrentados por esses imigrantes. A relevância desta pesquisa reside na necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a prevalência do trabalho informal como estratégia de sobrevivência, fornecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes de acolhimento e integração socioeconômica.

O problema central desta investigação é: Quais são os principais desafios e estratégias de inserção laboral adotadas pelos imigrantes venezuelanos na cidade de Boa Vista, Roraima, e como a informalidade do trabalho se manifesta e impacta o seu processo de integração na sociedade receptora? Busca-se, ainda, compreender a disparidade entre as ocupações exercidas na Venezuela antes do deslocamento e as oportunidades encontradas no mercado de trabalho brasileiro.

O objetivo geral é analisar a relação entre o fluxo migratório venezuelano e a inserção no mercado de trabalho informal em Boa Vista (RR), identificando os entraves cruciais enfrentados por esse grupo para uma integração plena. Para tanto, os objetivos específicos incluem identificar o perfil sociolaboral desses imigrantes, determinar suas ocupações na origem, analisar a relação de continuidade/disparidade com os trabalhos no destino e mapear as dificuldades encontradas.

Esta pesquisa adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, buscando aprofundar a compreensão sobre as experiências subjetivas, percepções e significados atribuídos pelos sujeitos ao fenômeno da inserção laboral e da informalidade. A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas aplicadas a um grupo de imigrantes venezuelanos em Boa Vista (RR). Essa técnica permite capturar a visão *in loco* do participante e contextualizar os aspectos centrais de suas experiências migratórias e profissionais.

E por fim, o estudo está estruturado em seis seções distintas. A primeira é a Introdução, que apresenta o panorama do fenômeno migratório, o problema, os objetivos e a metodologia. A segunda seção, intitulada Trabalho como Propulsor da Migração, discute o papel da informalidade no contexto migratório. A terceira seção é dedicada ao Caso dos Venezuelanos em Boa Vista-RR, detalhando o

contexto local. A quarta seção apresenta o Perfil dos Imigrantes Entrevistados e a Questão Laboral. A quinta seção compreende as Considerações Finais, reunindo as conclusões da pesquisa. Por fim, a última seção lista as Referências utilizadas.

TRABALHO COMO PROPULSOR DA MIGRAÇÃO: ASPECTOS DA INFORMALIDADE PARA IMIGRANTES

Uma das categorias que permite compreender os fluxos migratórios é a do trabalho. Esta categoria assume um valor significativo como opção para explicar a dinâmica social dentro das sociedades capitalistas. De acordo com Marx (2023 p. 326) "O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza". Para além, o trabalho também é delineado em seus estágios básicos e conceituais, é uma empreitada direcionada a um propósito específico - a geração de bens de utilidade -, a aquisição de recursos naturais para atender às necessidades humanas, uma condição inerente ao intercâmbio entre homem e natureza, uma condição perpétua e inerente à existência humana (MARX, 2023). Ou seja, o trabalho tem como principal objetivo atender as necessidades e anseios humanos.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a força de trabalho no mundo todo é estimada em aproximadamente 3,3 bilhões de pessoas, entre estes, cerca de 2 bilhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade, encontram-se no mercado informal, representando mais de 61% da população empregada no planeta (OIT, 2018). Segundo a mesma fonte, o setor informal apresentou uma crescente significativa na última década, principalmente em países emergentes e em desenvolvimento, que representam 82% do emprego mundial, os quais concentram 93% do emprego informal do mundo.

Mas o que é afinal o setor/economia/trabalho informal? Segundo Bignami (2022), nos últimos 40 anos, tem havido um desenvolvimento contínuo do conceito de economia informal, incluindo um conjunto de atividades que ocorrem à margem das estruturas institucionais oficiais. Esse conceito também está associado a índices reduzidos de produtividade laboral, rendimentos baixos, condições precárias de trabalho, obstáculos ao progresso econômico, evasão fiscal, competição injusta, fragmentação social e à ausência de cobertura social adequada (BIGNAMI, 2022).

Por outro lado, conforme Ulyssea *et al.* (2025) a informalidade do trabalho não se centra apenas nos trabalhadores – pessoas que não possuem contrato de trabalho formal –, mas também nas empresas, pois elas se enquadram na definição de informalidade relacionado ao trabalho quando:

> For firms, this can correspond to, for example, not being registered with the tax authorities […] In both developed and developing countries, many formally registered firms underreport revenue to

> evade taxes and are therefore in partial compliance with tax regulations. Similarly, many formal firms hire informal workers to evade labour regulation costs. (ULYSSEA *et al.*, 2025, p. 5).

O principal efeito negativo da informalidade das empresas diante os trabalhadores é a ausência de contrato formal de trabalho, o que gera uma situação de vulnerabilidade social relacionada a ausência de garantias e direitos. Pode-se entender, por conseguinte, que a informalidade traz consigo uma série de malefícios para os trabalhadores, empresas, governos, políticas públicas, e etc., como bem destacado pela OIT (2018):

> A informalidade tem um efeito prejudicial nos direitos dos trabalhadores, incluindo princípios fundamentais e direitos no trabalho, proteção social, condições de trabalho decentes e estado de direito. Também tem um impacto negativo no desenvolvimento de empresas sustentáveis (especialmente em termos de baixa produtividade e falta de acesso a financiamento), receitas públicas e margem de manobra dos governos, especialmente no que diz respeito às políticas econômicas, sociais e ambientais, à solidez das instituições e à competição justa nos mercados nacionais e internacionais (OIT, 2018, p. 1).

Conforme Relatório da OIT (2018) os trabalhadores do setor informal no mundo apresentam o seguinte perfil: a) cerca de 3 a cada 4 jovens encontram-se no setor informal; b) quanto mais elevado o nível educacional menor é a informalidade; c) a taxa da informalidade é mais elevada em áreas rurais do que nas áreas urbanas; d) agricultura é o setor da economia com maior nível de informalidade, seguindo o da indústria e o de serviços; (e) a informalidade é a principal fonte de emprego em todos os setores, principalmente em países emergentes e em desenvolvimento; (f) a informalidade é mais comum entre homens do que entre mulheres.

Para Ulyssea *et al.* (2025), o perfil do trabalhador do setor informal é identificado através de vários trabalhos e pode ser representado em forma de U, como explicado pelos autores:

> A literatura tem demonstrado amplamente que a informalidade entre os trabalhadores apresenta um padrão em forma de U em relação à idade (maior entre os trabalhadores mais jovens e mais velhos), é mais elevada entre as mulheres e diminui com o aumento da escolaridade. É importante ressaltar que o perfil do ciclo de vida da informalidade parece combinar duas tendências distintas: o emprego assalariado informal é mais frequente entre os trabalhadores jovens e diminui monotonicamente com a idade, enquanto o trabalho por conta própria apresenta o padrão oposto. As transições para dentro e para fora da informalidade seguem um padrão semelhante: os jovens, as mulheres e os trabalhadores com baixa qualificação têm maior probabilidade de transitar do desemprego e dos empregos formais para o emprego informal (ULYSSEA *et al.*, 2025, p. 7).

Esses dados sublinham a necessidade de políticas e estratégias específicas para enfrentar os desafios associados à economia informal e garantir condições de trabalho dignas e proteção social para todos os trabalhadores, independentemente do contexto em que estejam inseridos. Os efeitos negativos levam a pensar que a informalidade exerce um efeito de aversão para as pessoas e consequentemente

deveria diminuir com o tempo. Entretanto os dados da OIT (2018) não evidenciam tal perspectiva, pelo contrário, destacam que o setor informal tem mantido um padrão de crescimento, e, nesse sentido, é importante agir em busca da transição da economia informal para a formal.

Paralelo a isto, visto a ascensão da alternativa informal para pessoas que não conseguem acessar o mercado de trabalho formal, é comum associar a informalidade com a migração, pois o mercado de trabalho informal acaba sendo a porta de entrada para muitos grupos de imigrantes ao emprego e renda no local de destino. Conforme Doorn e Vijay (2024), os imigrantes acabam sendo um dos principais grupos que só conseguem acessar o mercado de trabalho através da informalidade:

> Com os mercados concentrados predominantemente em grandes cidades e seus arredores, torna-se cada vez mais evidente que as plataformas de trabalho sob demanda em todo o mundo dependem tanto da mão de obra de migrantes e minorias quanto de capital de investimento e governos permissivos. [...] O movimento de pessoas dentro e através das fronteiras em busca de trabalho e um futuro melhor parece, portanto, constituir uma condição crítica para garantir a existência das economias urbanas de trabalho sob demanda (DOORN; VIJAY, 2024, p. 1130).

Dessa forma, esses autores identificam que os novos modelos de trabalho, como a Economia Gig – representada por trabalhos temporários, de curto prazo e freelancers –, é impulsionada cada vez mais por novas plataformas digitais que surgem como inovação, porém, não garantem a segurança que empregos formais proporcionam. Sendo o principal público alvo, pessoas que apresentam de alguma forma dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, como os imigrantes.

Logo, associar a migração a precarização do trabalho acaba sendo um desafio conceitual que não apresenta grandes dificuldades. Visto que, uma parcela dos fluxos migratórios do planeta é de imigrantes irregulares, fator que contribui ainda mais para a expansão da informalização, visto que o porte de documentos é fato primordial para a formalidade laboral. De acordo com Dönmez (2024) a migração irregular é identificada da seguinte forma:

> A migração irregular é um fenômeno analisado de diversas maneiras em relação aos seus efeitos. Os formuladores de políticas públicas têm interesse no assunto, pois a migração irregular pode acarretar muitos impactos econômicos, sociais e de segurança. A migração irregular pode ocorrer de várias formas. Migrantes irregulares são aqueles que entram em um país clandestinamente, aqueles com documentos falsos e aqueles que entram legalmente, mas não deixam o país mesmo após o vencimento do visto/período de residencia (DÖNMEZ, 2024, p. 353).

A partir dessa definição, fica evidente que o status de “irregular” do imigrante é um fator determinante que o empurra para a margem do mercado laboral formal. A informalidade, por sua vez, constitui o cerce da problemática do trabalho decente no contexto da migração, sendo uma preocupação

central para organismos internacionais. Tendo em vista o alto risco da informalidade e precarização que a condição de imigrante irregular acarreta, o foco se volta para necessidade de promover a inclusão laboral.

Este movimento no mundo do trabalho é crucial para alcançar um desenvolvimento inclusivo e garantir trabalho digno para todos, como indica a Agenda 2030 das Nações Unidas. Tal preocupação ocorre porque a informalidade está intimamente ligada a negação do acesso ao mercado de trabalho formal, colocando-se como única alternativa para determinados grupos de pessoas terem acesso à renda, mesmo que de maneira insuficiente e precária. Apesar de não ser verdade que todos os participantes da economia informal vivenciem a pobreza, e mesmo havendo pobreza dentro da economia formal, diversos estudos têm demonstrado que os trabalhadores envolvidos na economia informal correm um risco significativamente maior de pobreza em comparação com aqueles inseridos na economia formal. Além disso, as unidades econômicas informais geralmente apresentam níveis inferiores de produtividade e renda. De fato, a maioria das pessoas ingressa na economia informal não por escolha, mas sim como resultado da escassez de oportunidades na economia formal e da falta de alternativas viáveis para sua subsistência (OIT, 2018).

Baseado no Glossário sobre Migração da OIM (2009), o imigrante irregular é definido como "Alguém que, devido a uma entrada ilegal ou um visto fora do prazo de validade, não tem estatuto legal no país de trânsito ou de acolhimento". Ressaltando que este termo é facilmente confundido com outros, como imigrante clandestino, ilegal, indocumentado e imigrante em situação irregular, como bem identifica o documento da OIM.

De acordo com Spencer e Triandafyllidou (2022) os padrões da migração irregular:

> [...] são diversos e podem incluir pessoas que cruzaram uma fronteira ilegalmente, bem como pessoas que permaneceram no país após o vencimento do visto, crianças nascidas de pais sem documentos, migrantes que perderam seu status regular devido ao desemprego ou ao descumprimento de certos requisitos e solicitantes de asilo rejeitados. Embora o conceito de migração irregular seja frequentemente tratado como autoevidente pela mídia e pelos discursos políticos, ele merece uma reflexão cuidadosa para evitar ambiguidades e inconsistências. (SPENCER; TRIANDAFYLLIDOU, 2022, p. 192).

Essa diversidade dos padrões/definições da migração irregular não permite que sua abordagem seja simplista e homogênea, mas deve ser entendida a partir das particularidades de cada caso. Segundo o estudo de Papademetriou (2008) existem tipos e definições da migração irregular, como: 1) Entradas não autorizadas; 2) Indivíduos que entram no país de destino utilizando documentos falsos; 3) Indivíduos cuja permanência excede o período de validade do visto; 4) Indivíduos que desobedecem aos termos e condições dos vistos. Em todos os casos os indivíduos se enquadram na definição de migração irregular,

pois a ausência da regularidade documental atrela consigo a imersão na precariedade tanto do processo migratório como no acolhimento – acesso a trabalho, moradia, serviços, etc. – no destino.

Análises feitas em várias regiões do mundo, como África e Japão, duas regiões distintas, demonstram as nuances que podem ocorrer nessa relação migração e a informalidade. Segundo estudos de Keith Hart (1973) sobre a inserção de trabalhadores imigrantes na economia informal em Gana, o setor informal torna-se indispensável para grupos produzirem e se sustentarem após a migração, mesmo com todos os pontos negativos que permeiam o setor informal. Segundo Hart (1973), mesmo aquelas famílias que conseguem emprego formal, mantém um emprego informal como forma de complementar a renda:

> Raramente um indivíduo ou família depende de uma única fonte de renda. Essa preferência pela diversificação das fontes de renda tem suas raízes na tradicional aversão ao risco dos camponeses em condições de extrema incerteza e se justifica pela insegurança dos trabalhadores urbanos na atualidade.¹ A característica mais marcante do trabalho assalariado aos olhos do subproletariado não é o valor absoluto da renda recebida, mas sim sua estabilidade. Isso porque o trabalho informal, mesmo o formal, é arriscado e as recompensas esperadas são altamente variáveis. Assim, para fins de subsistência, o trabalho assalariado regular, por mais mal remunerado que seja, apresenta algumas vantagens consideráveis; e, portanto, homens que obtêm renda substancial de atividades informais podem ainda assim manter ou desejar um emprego formal (HART, 1973, p. 78).

Além disso, a variedade de opções de empregos informais é vista como alternativa para combater o desemprego, visto a realidade em Gana:

> Quão fácil é para alguém que não possui outros meios de subsistência encontrar um trabalho desse tipo? A resposta, obviamente, varia de acordo com o tipo de trabalho. No entanto, apesar das dificuldades de acesso a ocupações informais, a gama de oportunidades disponíveis fora do mercado de trabalho formal é tão ampla que poucos dos "desempregados" estão totalmente sem alguma forma de renda, por mais irregular que seja. Sob qualquer perspectiva, muitos deles são pobres, mas o mesmo se aplica a um grande número de assalariados (HART, 1973, p. 81).

Portanto, muitas vezes a informalidade é uma saída para a ausência de trabalho formal como observa o autor. Essa dinâmica de busca por subsistência em mercados diversos, impulsionada pela falta de alternativas formais, adquire contornos institucionais particulares em contextos de alta demanda por mão de obra, como o Japão.

No Japão é identificado um caso bastante ilustrativo, visto a escassez de mão de obra em determinados setores, levou a criação de um programa que maximizou a vulnerabilidade dos trabalhadores estrangeiros. Para Onuki (2025a) a criação do Programa de Treinamento de Intercâmbio Técnico (TITP, sigla em inglês), surge como forma de cooperação internacional, torne-se fundamental para suprir demandas de mão de obra barata em setores considerados menos valorizados:

> Os empregos nesses setores eram cada vez mais evitados pelos trabalhadores japoneses devido aos seus baixos salários e à natureza socialmente indesejável dos "3 K" (kiken, kitsui e kitanai — perigosos, difíceis e sujos, em português). Considerando a proibição tradicional de entrada de trabalhadores migrantes não qualificados no Japão, no final da década de 1980, as pequenas e médias empresas (PMEs) intensificaram sua dependência dos chamados imigrantes ilegais, que frequentemente chegavam como turistas e eram empregados contrariamente aos termos de seus vistos e até mesmo após o vencimento dos mesmos (ONUKI, 2025, p. 42).

A situação descrita por Onuki, identifica que a própria estrutura econômica cria uma demanda por trabalhos precários e sem garantias, isto valida uma perspectiva mais abrangente para a informalidade. O único recurso para imigrantes em situação irregular, pode ser considerada uma anomalia do mercado de trabalho japonês, e também, mais importante ainda, é um reflexo global de como a informalidade se expande e acaba sendo uma rota única para grupos marginalizados.

Segundo Bignami (2022), a informalidade é uma estratégia de sobrevivência de grupos de imigrantes, onde muitos não irão conseguir a formalização, mas sim permanecerão nessa zona da insegurança e falta de direitos. E que tal situação de "ausência de proteção trabalhista e social para os trabalhadores imigrantes ameaça não apenas aqueles que sofrem diariamente com essa luta, mas toda a sociedade" (BIGNAMI, 2022, p. 39), sendo que a informalidade se agrava entre imigrantes que estão sem regularização de sua condição no destino.

É válida a relação entre migração irregular e informalidade, ainda que a regularização em si, não garante acesso automático ao mercado de trabalho formal, como destaca a OIT (2023):

> Muitas pessoas não podem simplesmente permitir-se ficar sem emprego se não tiverem acesso à proteção social. Frequentemente aceitam qualquer tipo de trabalho, muitas vezes com salários muito baixos e horários inconvenientes ou insuficientes. O abrandamento previsto irá talvez obrigar os trabalhadores a aceitar empregos de pior qualidade do que os que poderiam ter em melhores condições económicas (OIT, 2023, p. 5).

Portanto, a informalidade é a realidade de muitos imigrantes que chegam ao destino necessitando arrumar um emprego a qualquer custo. A aceitação por parte dos imigrantes pelo trabalho precário, definido como "um trabalho que leva o trabalhador a uma condição de vida precária, uma condição de vida econômica e socialmente insegura, vulnerável à desocupação, ao adoecimento, à incapacidade física e à velhice" (CARVALHO; NOGUEIRA, 2020, p. 15), mostra que muitas vezes a informalidade não é uma escolha, mas a única opção para esses grupos, mesmo que estejam em condições documentais regulares e amparados por leis que lhes garantam o acesso a direitos dentro do mercado de trabalho formal. Nesse contexto, o trabalho informal associado a migração é a dupla perfeita para a marginalização e precarização da vida de imigrantes no destino, visto o alto grau de vulnerabilidade que o próprio deslocamento acomete esse grupo.

PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico é dividido em algumas etapas, como o tipo de estudo, a coleta e análise de dados, área de estudo e população alvo. Dentro do tipo de estudo, o trabalho se propôs a aplicar uma metodologia mista, partindo do levantamento bibliográfico, seguindo para análise dos dados qualitativos e quantitativos para a compreensão do fenômeno estudado. Para Creswell (2007) em pesquisas que adotam esse tipo de estudo:

> [...] o investigador primeiro faz explorações gerais para descobrir que variáveis estudar e então estuda aquelas variáveis com uma amostragem maior de pessoas. [...] Nessas situações, o fato de coletar tanto dados quantitativos abertos como dados qualitativos fechados prova ser vantajoso para melhor entender um problema de pesquisa (CRESWELL, 2007, p. 38).

A metodologia possibilitou a compreensão abrangente e aprofundada do fenômeno estudado. Essa abordagem de pesquisa envolveu análises quantitativas importantes, porém, a ênfase se concentra nos achados da fase qualitativa, que é o ponto de partida para a interpretação dos resultados. Adicionalmente, o presente estudo possui o caráter exploratório e explicativo. É exploratório na medida em que busca identificar e revelar contribuições que ajudem a apontar fatores subjacentes à existência do fenômeno. E explicativa por almejar a construção de conhecimento capaz de estabelecer as causas e os porquês das relações encontradas (GIL, 2010).

A técnica de coleta de dados utilizada é a entrevista semiestruturada, que visa descobrir quais aspectos de uma determinada experiência promovem mudanças nas pessoas que são expostas a ela. Onde foram definidos dentro do tema central, pontos chaves a serem abordados no roteiro da entrevista. Embora o roteiro exista, há uma maior liberdade para entrevistado e entrevistador devido seu caráter maleável, o que permite essa dupla interação, possibilitando ainda mais ao pesquisador, compreender a visão singular da pessoa que está sendo entrevistada (RICHARDSON, 2012).

As entrevistas foram realizadas na cidade de Boa Vista-RR, com grupos de imigrantes venezuelanos que estavam nas ruas trabalhando. Ao todo foram entrevistadas 32 pessoas, de ambos os sexos, todos maiores de 18 anos, que estavam exercendo alguma atividade remunerada. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento de livre e esclarecido (TCLE) e o estudo teve aprovação do comitê de ética e pesquisa pela Universidade Federal do Pará (CEP/UFPA).

Para a análise dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas, foi empregada a técnica de Análise de Conteúdo Temático. Esse procedimento envolveu a codificação e categorização do material verbal, com foco na identificação de termas recorrentes e relevantes para o objeto de estudo. A codificação incidiu sobre:

- Motivos: razões que levaram a migração e a escolha da ocupação atual.
- Ocupações: tipos de atividades laborais exercidas na origem e no destino (formais e informais).
- Dificuldades: obstáculos enfrentados na inserção laboral e na vida em Boa Vista-RR.

A área de estudo centrou-se na cidade de Boa Vista-RR, mais especificamente nos bairros comerciais e turísticos da capital de Roraima, como a Orla de Taumanan e o Centro Comercial de Caxambú. Esses locais foram estrategicamente selecionados pela alta concentração e facilidade de acesso à população-alvo: os imigrantes venezuelanos. A seleção dos participantes ocorreu por critério de convivência, baseada na aceitação voluntária de participar das entrevistas. Foram incluídos, tanto indivíduos que estavam exercendo alguma atividade remunerada nesses pontos (o foco principal do estudo) quanto aqueles que se encontravam ali apenas em deslocamento ou lazer, desde que fossem imigrantes venezuelanos e aceitassem contribuir com a pesquisa.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

O caso dos venezuelanos em Boa-Vista-RR

O estado de Roraima, fronteiriço com Venezuela, recebe desde meados da década de 2010 um elevado número de cidadãos venezuelanos, fugindo da crise em seu país de origem. Segundo Weitzman e Huss (2024), a partir de 2016 o cenário político, econômico e social na Venezuela entrou em decadência:

> Nossa análise do caso venezuelano destaca como múltiplas dimensões das crises humanitárias podem impulsionar a migração, incluindo as dimensões econômicas. Em 2016, a privação econômica, a vitimização por crimes e as percepções desfavoráveis dos direitos básicos estavam significativamente associadas à intenção de deixar a Venezuela, obscurecendo as distinções ontológicas entre migrantes econômicos e refugiados (WEITZMAN; HUSS, 2024, p.761).

Esse cenário de múltiplas crises que impulsionou a migração venezuelana, dificultando na identificação de imigrantes econômicos e refugiados, conforme mencionado por Weitzman e Huss (2024), encontra no Brasil, mais especificamente em Roraima, um contexto de recepção marcado por grandes limitações estruturais.

O estado de Roraima apresenta muitos desafios para garantir direitos e acolhimento real para os imigrantes venezuelanos, dadas às condições econômicas limitadas de um estado que está localizado na periferia do país numa das regiões menos desenvolvida do território brasileiro, a Amazônia. Só para ter noção, sobre o PIB das regiões em 2021 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Norte é a última do Brasil com R$ 563,8 bilhões, distante da penúltima colocada, Região Centro-

Oeste com R$ 932 bilhões. Por estados, em 2021, o PIB de Roraima foi o pior de todos, alcançando apenas R$ 18,2 bilhões, ficando a uma distância abissal de São Paulo, o estado mais avançado do país com um PIB de R$ 2,7 trilhões no mesmo ano (IBGE, 2021).

Os estudos sobre a migração venezuelana em Roraima focam principalmente a Operação Acolhida, programa criado em 2018 pelo Governo Federal a fim de atender a demanda dos imigrantes e refugiados venezuelanos no Brasil. Seu funcionamento ocorre a partir do tripé: 1) ordenamento da fronteira – documentação, vacinação e operação controle, do Exército Brasileiro; 2) acolhimento – oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; 3) interiorização – deslocamento voluntário de imigrantes e refugiados venezuelanos de RR para outras Unidades da Federação, com objetivo de inclusão socioeconômica (SOUZA, 2019; DARÓZ; CELESTINO, 2022; SOARES; FARRET, 2023; SODRÉ, 2023).

Contudo, existe um importante grupo de imigrantes venezuelanos não atendidos por esse Programa, estimados em 25,7 mil só em Boa Vista (UNICEF, 2019). O estudo realizado por Simões, Silva e Oliveira (2017) identifica a presença significativa de venezuelanos fora dos abrigos disponibilizados pela Operação Acolhida. Segundo esses autores, apenas 7,6% dos imigrantes venezuelanos moram em abrigos, enquanto 71,2% vivem por conta própria e pagando aluguel em Boa Vista, o resto ficou distribuído em casa de parentes ou amigos (13,4%), outros (7,3%) e ignorados (0,5%). São imigrantes independentes, morando por conta própria na cidade, trabalhando de forma precária ou buscando trabalho concentrados em locais de grande movimentação, como por exemplo, na Rodoviária Internacional (Figura 1), onde vários grupos separados comercializam algum tipo de mercadoria, de café a cuecas, caracterizando-os como trabalhadores informais ou ambulantes.

Outro ponto de concentração de imigrantes venezuelanos exercendo algum tipo de trabalho é na orla de Taumanan, próxima ao centro comercial de Boa Vista-RR. Essa região da cidade pode ser considerada o centro comercial e turístico da capital de Roraima. Pela manhã se nota o intenso fluxo de trabalhadores do setor terciário e também de autônomos (onde se enquadram muitos imigrantes venezuelanos) e pela noite os comércios fecham, e a dinâmica social e econômica concentra-se na Orla de Taumanan, frequentada por muitas pessoas, atraindo vários vendedores ambulantes predominantemente venezuelanos, de comida, brinquedos, água, refrigerantes, e outras mercadorias.

Adentrar na realidade desse grupo de imigrantes permite mostrar empiricamente a relação entre migração e trabalho informal. Em 10 dias na capital do estado de Roraima em fevereiro de 2022 o autor principal deste estudo dialogou com vários imigrantes venezuelanos espalhados pelo Centro Comercial de Caxambu e pela Orla de Taumanan, além de conversas esporádicas em bairros mais distantes. As observações, conversas e entrevistas foram realizadas nas ruas da cidade. As entrevistas só foram

realizadas após os participantes entenderem o objetivo da pesquisa, e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Figura 1 – Locais de entrevistas de imigrantes venezuelanos em Boa Vista-RR



Fonte: Elaboração própria.

Foram realizadas 32 entrevistas semiestruturadas e individuais com imigrantes venezuelanos que estavam por conta própria na cidade. Todos eram maiores de 18 anos, sendo 23 homens e 9 mulheres. Ainda que não seja uma mostra representativa, as informações prestadas permitem explorar questões laborais que envolvem essa migração.

PERFIL DOS IMIGRANTES ENTREVISTADOS E A QUESTÃO LABORAL

Sexo e faixa-etária

A Tabela 1 estabelece que o fluxo migratório em análise é majoritariamente masculino e concentrado em idade produtiva, refletindo uma migração que apresenta fortes traços de laborais. Os homens representam 72% do total da amostra, enquanto a faixa-etária predominante está entre os 21-40 anos, englobando 62,7% dos entrevistados, demonstrando que a idade produtiva é uma das características desse grupo de venezuelanos que compõem a amostra. As outras faixa-etárias, de 18-20 anos e 41-60 anos, representam cada uma, 15,5% do total, enquanto os idosos (61 anos ou mais) são a minoria, com cerca de 6,3%.

Tabela 1 – Sexo e faixa-etária

Faixa-Etária	Sexo		Total	%
	M	F		
18 - 20	3	2	5	15,5
21 – 40	15	5	20	62,7
41 – 60	3	2	5	15,5
61 ou +	2	0	2	6,3
Total	23	9	32	100,0

Fonte: Elaboração própria.

O perfil do grupo de venezuelanos entrevistados em Boa Vista-RR reflete um padrão comum de desigualdade de gênero em fluxos migratórios, em consonância com estudos realizados em diferentes contextos globais (ASSIS, 2007; BERTOLDO, 2018; PINHEIRO; LOBO; JUNQUEIRA, 2020; SILVA, 2022; FARIA, 2023). A predominância masculina na amostra se alinha a relatos que muitos entrevistados migram com suas esposas ou companheiras, mas estas permanecem dedicadas aos afazeres domésticos e/ou cuidados dos filhos. Esses resultados sugerem que a migração, embora buscando melhores condições de vida para a família, não rompe com as estruturas patriarcais e com as desigualdades de gênero nas esferas laborais, limitando oportunidades de empregos formais e a autonomia econômica das mulheres.

Acrescenta-se, que mesmo que sua presença na amostra dos imigrantes laborais entrevistados, há um crescimento do número de mulheres venezuelanas que tem chegado aqui em busca de emprego, encontrando no trabalho doméstico uma das principais vias de inserção. Contudo, essa inserção é marcada por vulnerabilidade exploração, pois assim como as trabalhadoras domésticas brasileiras, os seus direitos dessas imigrantes são constantemente negligenciados pelos empregadores (ONU MULHERES, 2023). Essa ausência de conhecimento sobre direitos, as torna propicia a exploração, longas jornadas de trabalho e baixos salários, fortalecendo e perpetuando um ciclo de vulnerabilidade.

Dessa forma, é importante salientar que mesmo com uma ausência significativa de mulheres na amostra, não constitui que esse grupo está inativo ou é irrelevante. Pelo contrário, a mulher exerce um papel fundamental na gestão da unidade familiar ou fonte de renda alternativa no setor de trabalho doméstico e informal. Essa dedicação ao trabalho doméstico e aos filhos é um trabalho, mesmo que seja não remunerado, ele é essencial para sustentar a sobrevivência emocional do grupo familiar imigrante. Portanto, a migração masculina depende diretamente do papel feminino de reprodução social e estabilidade familiar, mesmo que muitas vezes sejam invisíveis dentro desse contexto.

Escolaridade

A Tabela 2 detalha o nível de escolaridade dos imigrantes entrevistados, revelando uma concentração significativa de indivíduos com formação de nível médio, o que corroborando com os

achados de outros estudos na área (SIMÕES; SILVA; OLIVEIRA, 2017; SODRÉ, 2022; SODRÉ, 2023). A maior concentração se encontra no ensino médio, sendo que a categoria completa é mais frequente, com 37,5% dos entrevistados (12 indivíduos), seguindo pelo ensino médio incompleto, que representa 31,5% (10 indivíduos). Em conjunto, esse grupo representa 69% da amostra, indicando um perfil educacional mediano, o que pode influenciar diretamente na inserção dos imigrantes no mercado de trabalho e nas suas oportunidades de mobilidade social.

Tabela 2 – Nível de escolaridade

Nível de escolaridade	Total	%
Fundamental	1	3,0
Ensino Médio incompleto	10	31,5
Ensino Médio completo	12	37,5
Ensino Técnico	1	3,0
Ensino Superior incompleto	2	6,0
Ensino Superior Completo	6	19,0
Total	**32**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria.

As cifras do nível de escolaridade dos entrevistados indicam que os impactos socioeconômicos vivenciados na Venezuela atingem diversos grupos da sociedade a deixar o país, porém, o predomínio de pessoas com escolaridade mediana é visível. De acordo com Ferreira e Jaqueira (2022), existem dois cenários laborais associados a escolaridade dentro do estado de Roraima, o primeiro é representado pela inserção laboral de imigrantes mais qualificados, que conseguem se inserir no mercado de trabalho em roraimense, e o segundo é representado pelos imigrantes deixados de fora desse mercado de trabalho, geralmente, são aqueles com escolaridade mais baixa e que não conseguiram emprego. O que possibilitou na criação de uma massa de trabalhadores reservas/desocupados.

Dessa forma, constata-se que a crise na Venezuela tem expulsado indivíduos que apresentam vários níveis de escolaridade, e o mercado de trabalho em Roraima, não tem conseguido absorver esse contingente crescente de mão de obra, nem mesmo aqueles com maiores níveis de escolaridade. Portanto, o grande contingente de imigrantes não se estabelece dentro do primeiro cenário identificado por Ferreira e Jaqueira (2022), e acaba por figurar no segundo cenário, não por ausência total de qualificação, mas sim, por barreiras de acesso, dificuldades na revalidação de diplomas ou mesmo pela ausência de vagas compatíveis, transformando a escolaridade mediana em um fator de vulnerabilidade e não vantagem.

Motivos para sair da Venezuela

O Quadro 1 resume as respostas dos entrevistados sobre os motivos de sua saída da Venezuela, agrupados em temas de trabalho e economia, políticos, saúde e família.

Os motivos de trabalho e economia foram os mais citados (81,3%), coincidindo com a revelação da OIM (2019, n.p.): "os trabalhadores migrantes constituem a maioria dos migrantes internacionais do mundo [...]", o que explica que os motivos de trabalho e economia sejam os mais frequentes para a saída da Venezuela. São principalmente as condições econômicas de hiperinflação que torna os ingressos insuficientes para comprar produtos básicos, como alimentos, remédios e outros.

Os motivos de saúde ficaram em segundo lugar (9,4%), seguidos por motivos políticos (6,3%) e motivos familiares (3%) – reunificação familiar –, o que pode ser explicado pelo fato de os deslocamentos ocorrerem em grande maioria com famílias completas (SODRÉ, 2022). Sobre a questão familiar, Weitzman e Huss (2024) identificam que "*In sum, the new economics of displacement posits that families make strategic decisions about migration even when facing threats to survival*", fato que corrobora com a ideia de que alguns deslocamentos partem das necessidades e decisões familiares, caracterizando os deslocamentos em projetos familiares, muito mais do que, deslocamentos motivados por ameaças.

Quadro 1 – Motivos que os fizeram sair da Venezuela

Motivos	Respostas
Trabalho e Economia	"Saí da Venezuela para buscar um futuro melhor, não dava para trabalhar e estudar ao mesmo tempo." (Imigrante 10)
	"Sai por conta do trabalho, não deu mais para trabalhar para o governo. E também pela situação financeiro que se encontra a Venezuela." (Imigrante 11)
	"Sai de lá [Venezuela] porque o negócio da minha avó fechou e ficamos sem ter como nos manter." (Imigrante 12)
	"Sai por causa da economia, o pagamento do salário de qualquer emprego não compensava o valor da comida." (Imigrante 13)
	"Sai porque não tinha dinheiro, vim em busca de trabalho." (Imigrante 14)
	"Eu sai por conta da situação que a Venezuela está, sem trabalho, com fome, situações complicadas." (Imigrante 15)
	"Sai pela crise que a Venezuela se encontra. Não tem nada de comer e não tem trabalho também." (Imigrante 16)
	"A situação estava ruim, passando fome, trabalhava igual um escravo e não dava para [comprar] nada, tive que migrar." (Imigrante 18)
	"Foi por conta da crise, o dinheiro já não valia nada, não dava para comprar as coisas. Eu até tinha trabalho, mas com o pagamento eu não conseguia comprar quase nada, então larguei." (Imigrante 17)
	"Vim porque o país estava em crise econômica, a economia da Venezuela quebrou." (Imigrante 21)
	"Pela situação econômica que se encontra o meu país." (Imigrante 22)
	"Tá difícil [a vida na Venezuela], por conta da situação econômica." (Imigrante 24)
	"A crise no meu país é forte, não queria viver no Brasil, é mais uma questão de necessidade." (Imigrante 25)
	"Por conta da inflação do dólar, os preços subiram todos." (Imigrante 32)
Político	"Porque os negócios foram acabando devido a situação política. O governo começou a cobrar impostos altos, somando a guarda nacional corrupta e a falta de dinheiro circulando me fizeram decidir morar no Brasil." (Imigrante 3)
	"Não tanto pela economia, sai mais pela segurança, minha vida estava ameaçada." (Imigrante 4)
Saúde	"A situação econômica é muito complicada, além de estar grávida vim para Boa Vista-RR para ter minha filha aqui, utilizando o sistema de saúde brasileiro." (Imigrante 2)
	"A economia estava ruim, mas viemos para cá para minha mãe realizar uma cirurgia renal." (Imigrante 5)
	"Por conta da situação ruim que estava no meu país, além de minha mulher estar grávida." (Imigrante 1)

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, para compreender as motivações identificadas pelos imigrantes venezuelanos da amostra, é necessário entender que contexto a Venezuela se encontra para gerar fluxos expressivos de imigrantes para outros países da região. O principal fator agravante da crise é a dependência exagerada de um único produto, o petróleo, sua falta de diversificação econômica limita suas opções de contornar crises relacionadas ao preço do petróleo no mercado mundial. Com a diminuição das receitas, há a retração da economia nacional, levando ao colapso do mercado interno, com ausência de alimentos e produtos

básicos, expandindo um cenário de desnutrição em sua população, além de ausência de medicamentos essenciais para o tratamento de doenças como hipertensão e diabetes (SIMÕES; VAZ, 2023). Trata-se, portanto, de uma crise sistêmica que desencadeou uma série de micro crises interligadas, conformando um ambiente profundamente adverso à reprodução da vida cotidiana e criando múltiplos vetores de expulsão populacional.

Nesse sentido, o quadro estrutural descrito reflete-se diretamente na dinâmica migratória venezuelana observada nos últimos anos. Em consonância com essa leitura, Santos e Senhoras (2022) identificam que o fluxo migratório proveniente da Venezuela apresenta semelhanças com outros contextos de migrações forçadas, nos quais o deslocamento se materializa como uma estratégia de sobrevivência frente à deterioração das condições de vida no país de origem. A ausência de empregos, a dificuldade de acesso a recursos básicos de subsistência e o enfraquecimento das redes de proteção social contribuem para ampliação da pobreza, da violência e da incidência de doenças, configurando um cenário de vulnerabilidade generalizada que impulsiona a saída de parcelas significativas da população.

A partir dessa articulação entre o contexto estrutural da crise e seus desdobramentos sociais, pode-se deduzir – em convergência com Simões, Silva e Oliveira (2017) – que a migração venezuelana se origina, de fato, em um cenário de crise. Contudo, com base nos relatos da amostra analisada, observa-se que esse fluxo se caracteriza predominantemente como laboral, mais do que como migração refúgio. Tal característica evidencia-se pelo elevado número de narrativas associadas à ausência de recursos no país de origem e à busca por melhores condições financeiras no destino. A instabilidade econômica, que gerou um conjunto de fatores já mencionados anteriormente – expressa na redução do poder de compra da população e na baixa disponibilidade de mercadorias básicas –, contribuiu diretamente para a intensificação do fluxo migratório de saída da Venezuela, corroborando com a compreensão de que o fator econômico constitui o principal motivador da emigração venezuelana, conforme aponta Oliveira (2019).

Emprego e renda na Venezuela e no Brasil

A Tabela 3 e 4 referem-se ao trabalho desempenhado pelos entrevistados na Venezuela e no Brasil. Na origem, a maioria era empregada, seguido daqueles que trabalhavam por conta própria, estudantes e militares. Nenhum dos entrevistados alegou estar desempregado na Venezuela, mostrando que o problema não é a falta de emprego, mas sim, o baixo poder aquisitivo, como indicado anteriormente. No destino (Boa Vista), constata-se que a maioria dos entrevistados estava trabalhando por conta própria, em atividades como vendedores ambulantes, autônomos, comerciante, trabalhadores informais, sapateiro, vendedor de artesanatos e outros. Essas cifras revelam a fragilidade de integração formal dos imigrantes

no mercado de trabalho no lugar de destino. Como destaca Doorn e Vijay (2024), que a situação de imigrante, maximiza a probabilidade de não conseguir acessar o mercado de trabalho formal, sendo o único caminho possível, é adentrar na informalidade laboral.

A falta de inserção formal no mercado de trabalho força-os a improvisar meios de subsistência para suas próprias famílias e, muitas vezes, remeter algum recurso para os que ficaram na Venezuela. Os imigrantes que informaram estar trabalhando no Brasil como empregados(as) de empresas ou pessoas que desempenhavam funções de cozinheiro, ajudante de pedreiro, técnico em assistência técnica em negócios de brasileiros, instalador de forros em empresa e professor de música no SESC, e 2 informaram estar desempregados.

Tabela 3 – Tipo de trabalho na Venezuela e no Brasil

Tipo de trabalho	Países			
	Venezuela		Brasil	
	Imigrantes venezuelanos	%	Imigrantes venezuelanos	%
Empregado(a)	13	40,7	7	21,9
Conta própria	12	37,5	23	71,9
Militar	2	6,1	-	-
Estudante	5	15,7	-	-
Desempregado(a)	-	-	2	6,2
	32	**100,0**	**32**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se deduzir, portanto, que o acesso dos imigrantes venezuelanos a atividades no país de destino não representou uma melhora substancial em relação à condição laboral que possuíam na Venezuela. Ainda que parte deles estivesse inserida em atividades educacionais no país de origem – situação que não se reproduz no Brasil –, observa-se que as formas predominantes de inserção no mercado de trabalho permanecem semelhantes em ambos os contextos. O trabalho por conta própria e o emprego assalariado continuam sendo categorias dominantes, ainda que apresentem proporções inversas entre os dois países, o que evidencia mais uma reconfiguração do que uma transformação efetiva das condições de trabalho.

Por outro lado, a escassez de oportunidades de emprego formal revela uma lacuna estrutural no processo de inclusão laboral dos imigrantes venezuelanos. Diante desse cenário, muitos acabam recorrendo ao trabalho informal como estratégia de sobrevivência. Esses indivíduos enfrentam o desafio de se inserir em um mercado de trabalho saturado, marcado por forte concorrência entre trabalhadores brasileiros, além barreiras institucionais e sociais que dificultam o acesso dos imigrantes. Cabe destacar que tal realidade afeta inclusive aqueles com formação superior ou técnica, que frequentemente não conseguem exercer suas profissões. Isso ocorre tanto pela urgência de obtenção imediata de renda quanto pelos entraves burocráticos relacionados a revalidação dos diplomas, conforme relatado pelos próprios imigrantes.

À luz desse contexto, percebe-se que os venezuelanos residentes em Roraima não se enquadram nas categorias clássicas e antagônicas da divisão histórica das classes sociais. Não se trata de capitalistas, uma vez que não detêm os meios de produção, tampouco de proletários plenamente integrados no sistema produtivo, pois, em muitos casos, não conseguem vender sua força de trabalho de forma regular no mercado formal. Assim, sua condição aproxima-se do que Ferreira, Costa e Simões (2024) definem como "lumpemproletariado", termo utilizado de maneira crítica para caracterizar grupos socialmente marginalizados, excluídos das dinâmicas centrais da economia formal e inseridos em ocupações precárias, instáveis e desprovidas de garantias trabalhistas. Trata-se, portanto, de uma posição social marcada por uma vulnerabilidade estrutural e pela negação sistemática de direitos, mais do que por uma simples localização em uma classe social tradicional.

A Tabela 2 permite ampliar a análise das condições laborais na origem e no destino dos imigrantes venezuelanos entrevistados em 2022 em Boa Vista-RR. Há uma variedade de profissões e remunerações tanto na origem quanto no destino, mostrando que o grupo analisado não é homogêneo. Pode-se observar que existem imigrantes que recebiam um valor relativamente significativo (37,5%). Esses imigrantes recebiam mais de um salário mínimo brasileiro no período informado, o que demostra que com o passar dos anos, mesmo aqueles que ganhavam bem foram impactados pela má situação econômica vivida na Venezuela. Uma proporção significativa dos entrevistados (40,7%) informou ganhar um salário bem inferior ao salário mínimo brasileiro na época em que trabalhavam na Venezuela. Os outros números são de entrevistados que alegaram ser estudantes que não tinham trabalho e logo não recebiam valor algum (15,7%) e hoje estão no destino trabalhando, seja por conta própria ou como empregado(a). Dois imigrantes não souberam informar quanto recebiam pelo seu trabalho na origem.

Assim, nota-se a escassez de empregos formais com benefícios trabalhistas no destino, o que resultou no aumento do trabalho precário, gerando uma situação de insegurança financeira. Nesse contexto, a renda dos trabalhadores está sujeita a diversas variáveis, como o dia da semana (geralmente com vendas mais aquecidas nos fins de semana), a demanda dos consumidores pelos produtos vendidos, a escolha do local para realizar as vendas diurnas ou noturnas, entre outros fatores. Reafirmando o seu enquadramento em Roraima como "lumpemproletariado", onde a grande maioria dos indivíduos que participaram do estudo se encontram marginalizados do mercado de trabalho formal, sendo forçados a buscar a sobrevivência na informalidade, vivendo em situações mais vulneráveis que o próprio proletariado (FERREIRA; COSTA; SIMÕES, 2024).

No que se refere aos rendimentos auferidos no Brasil pelos imigrantes entrevistados, observa-se que apenas 8 deles recebiam pelo menos um salário mínimo, enquanto 22 declararam rendimentos inferiores a esse patamar. Esse dado evidencia que a maioria dos participantes se encontra inserida em

ocupações informais e de baixa remuneração, revelando um quadro de precarização das condições vida. O acesso ao mercado de trabalho formal configura-se, portanto, como um dos principais desafios enfrentados pela migração venezuelana no Brasil, especialmente no estado de Roraima. Tal realidade converge com a literatura que aponta que, para muitos imigrantes ao redor do mundo, o primeiro vínculo laboral no país de destino ocorre por meio da informalidade, que frequentemente se apresenta não como uma opção, mas como o único caminho possível de inserção econômica (BIGNAMI, 2022; DOORN; VIJAY, 2024).

Nesse contexto, o mercado de trabalho informal em Boa Vista-RR passa a absorver novos sujeitos sociais, reconfigurando dinâmicas econômicas já existentes na cidade, sobretudo após o aumento expressivo da presença venezuelana. Conforme destacam Ferreira e Jaqueira (2022):

> O mercado informal ganha novos atores sociais, são venezuelanos que vendem diversas categorias de produtos nas feiras livres da capital, nos sinais de trânsito, muitos deles, oferecem serviços como capina de terreno, eletricista, mecânicos, ajudando a fomentar o comércio formiga fronteiriço já bastante dinâmico nesta zona de fronteira (FERREIRA; JAQUEIRA, 2022, p. 184).

A inserção dos imigrantes nesses circuitos da informalidade contribui para dinamizar determinados setores da economia local, porém, ocorrem sob condições de instabilidade, ausência de direitos trabalhistas e elevada vulnerabilidade social. Conforme relatado por diversos entrevistados, os salários pagos aos imigrantes tendem a ser inferiores aos recebidos pelos trabalhadores brasileiros que exercem funções semelhantes. Soma-se a isso, o desvio da função, principalmente em atividades do setor terciário – como lojas e pequenos comércios –, o que resulta em sobrecarga de tarefas para os imigrantes. Essa realidade é semelhante à migração laboral relacionada com a precarização do trabalho que ocorre com imigrantes que se deslocam de países em desenvolvimento para países desenvolvidos ou dentro do próprio Brasil (PEIXOTO, 2004; SALADINI, 2011; BASSO; PEROCCO, 2020; AILÁN, 2020; CORTINA, 2020).

Tabela 4 – Emprego e salário na Venezuela e no Brasil dos imigrantes venezuelanos

Imigrante	Venezuela			Brasil		
	Trabalho	Salário	Ano	Trabalho	Salário	Ano
Imigrante 1	Pizzaiolo.	R$ 12,15 por mês.	2018	Cozinheiro	R$ 900,00/mês.	2022
Imigrante 2	Atendente em Pizzaria	R$ 12,15 por mês.	2018	Vendedora ambulante	R$ 800,00/mês.	2022
Imigrante 3	Empresário de venda de pneus e gerente no Grupo Cisneros.	R$10.000,00 por mês com a venda de pneus e R$15.000,00 por mês como gerente.	não soube informar	Dono de lanchonete	Uma média de R$ 6.000,00/mês.	2022
Imigrante 4	Médico Naturista	R$ 16.236 por mês.	2009-2010	Venda de artesanatos	R$ 600,00/mês.	2022
Imigrante 5	Estudante	-	-	Ajudante de pedreiro	R$ 1.200,00/mês.	2022
Imigrante 6	Vendedor de roupa	R$ 103,87 por mês.	2020	Design de sobrancelha	R$ 25,00 por sobrancelha feita.	2022
Imigrante 7	Vendedora de empanada	R$ 1.484,00 por mês.	2014	Vendedora ambulante	R$ 1.240,00/mês.	2022
Imigrante 8	Militar da Guarda Nacional	R$ 1.246,40 por mês.	2014	Vigia de carro	R$ 300,00 a R$ 1.200,00/mês.	2022
Imigrante 9	Autônomo	R$ 3.319,00 por mês quando o país estava bem.	não soube informar	Autônomo	R$ 1.000,00/mês.	2022
Imigrante 10	Estudante	-	-	Ajudante de pedreiro	R$ 1.200,00/mês.	2022
Imigrante 11	Estudante	-	-	Assistente técnico de celulares	50% do valor de cada serviço que faço.	2022
Imigrante 12	Revenda de ouro	R$ 2.127,00 por mês.	2017	Assistente técnico de celulares	R$ 700,00 a R$ 1.000,00/mês.	2022
Imigrante 13	Empresa agropecuária	R$ 77,62 por mês.	2018	Empresa de forros	R$ 1.800,00/mês.	2022
Imigrante 14	Orquestra sinfônica, músico.	R$ 27.485,00 por mês.	2013	Professor de música no SESC	R$ 1.200,00/mês.	2022
Imigrante 15	Estudante	-	-	Vendedora ambulante	R$ 800,00 a R$ 1.000,00/mês.	2022
Imigrante 16	Borracheiro	R$ 164,00 por mês.	2018	Vigia de carro	R$ 400,00 por mês.	2022
Imigrante 17	Vendia peixe e batia ponto	Não soube informar quanto recebia	2020	Desempregada	-	2022
Imigrante 18	Feirante	R$ 58,22 a 77,62 por mês.	2018	Vendedor ambulante	R$ 800,00 a R$ 1.000,00/mês.	2022
Imigrante 19	Pedreiro, segurança e cozinheiro	R$ 16.410,00 por mês	1995	Comerciante	R$ 1.000,00/mês.	2022
Imigrante 20	Trabalho informal	R$ 0,00 a R$ 396,00 por mês.	2015	Trabalho informal	Até R$ 2.000,00/mês.	2022
Imigrante 21	Venda de mercadoria e cozinheiro	1.200,00 reais por mês.	2018	Trabalho informal	R$ 4.000,00 a R$ 4.500,00/mês.	2022
Imigrante 22	Sapateiro	R$ 259,00 por mês.	2018	Sapateiro	R$ 800,00 a R$ 2.000,00/mês.	2022
Imigrante 23	Estudava	-	-	Vendedora ambulante	R$ 800,00 a R$ 1.000,00/mês.	2022
Imigrante 24	Serviços gerais	R$ 33,12 por mês.	2017	Vendedor ambulante	R$ 800,00/mês.	2022
Imigrante 25	Secretária	R$ 1.237,00 por mês a R$ 0,00 por mês.	2014-2020	Diarista	R$ 100,00 por diária	2022
Imigrante 26	Autônomo	R$ 328,57 por mês.	2016	Autônomo	R$ 300,00 a R$ 400,00/mês.	2022
Imigrante 27	Taxista	Três vezes o salário mínimo da época.	Não soube informar	Sócio de uma assistência técnica de celulares	R$ 800,00/mês.	2022
Imigrante 28	Cozinheiro	R$ 131,42 por mês.	2018	Vendedor ambulante	R$ 800,00 a R$ 1.000,00/mês.	2022
Imigrante 29	Motorista de máquinas pesadas	R$ 1.325,00 por mês.	2017	Vendedor ambulante	R$ 1.000,00/mês.	2022
Imigrante 30	Administração	R$ 1.294,80 por mês.	2019-2020	Pinta casas e vende água na rua	R$ 100,00 a diária; R$ 400,00 à R$ 600,00/mês.	2022
Imigrante 31	Pescador	R$ 130,00 por mês.	2016	Desempregado	-	2022
Imigrante 32	Militar da Guarda Nacional	R$ 103,87 por mês.	2020	Autônomo	R$ 2.000,00/mês.	2022

Fonte: Elaboração própria.

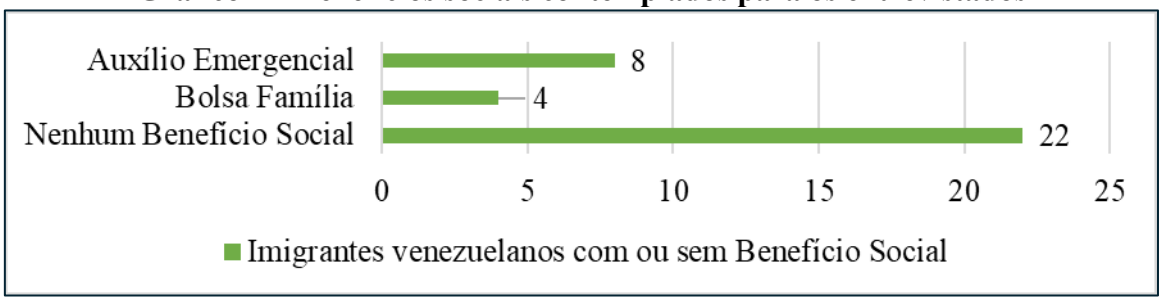
Benefícios sociais do governo brasileiro

Uma das alternativas encontradas para garantir uma renda mínima no Brasil é o acesso aos programas sociais de transferência de renda. Esses programas têm possibilitado a famílias venezuelanas o recebimento de um valor mensal básico, contribuindo para subsistência em contextos de vulnerabilidade. Entre eles, destaca-se o Programa Bolsa Família, que atende tanto brasileiros quanto estrangeiros, e que, além de assegurar uma fonte mínima de renda aos núcleos familiares em situação de carência

socioeconômica, busca articular diferentes políticas públicas, ampliando o acesso a serviços essenciais nas áreas de saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2024).

Entretanto, entre os entrevistados, observa-se um acesso limitado a esse tipo de proteção social: apenas 12 benefícios sociais foram identificados no conjunto da amostra, sendo que dois dos entrevistados relataram ter recebido simultaneamente o Auxílio Emergencial e o Bolsa Família, conforme apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Benefícios sociais contemplados para os entrevistados



Fonte: Elaboração própria.

Durante as entrevistas, pode se constatar, que as demandas dos imigrantes venezuelanos, ao buscarem assistência social municipal, não eram devidamente atendidas. Os imigrantes se registravam, mas enfrentavam uma longa espera para receber os benefícios, e a resposta sobre a aprovação para o Bolsa Família era demorada, levando meses. Essa demora e as dificuldades enfrentadas para obter os benefícios contribuíram para que muitos entrevistados optassem por não procurar os órgãos responsáveis. Além disso, relatos de tratamento rude foram frequentes, demonstrando falta de clareza e disposição para resolver problemas e esclarecer dúvidas, o que afastou vários entrevistados dessas instituições.

No ano de 2023, foram inaugurados postos de apoio para a realização do Cadastro Único – instrumento que possibilita o acesso de famílias a programas sociais no Brasil – no interior dos Postos de Triagem da Operação Acolhida, localizados em Pacaraima e Boa Vista, no estado de Roraima. Atualmente, mais de 9,5 mil famílias de imigrantes venezuelanos já foram inscritas no Cadastro Único, o que viabiliza o acesso a benefícios como o Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC) (BRASIL, 2025).

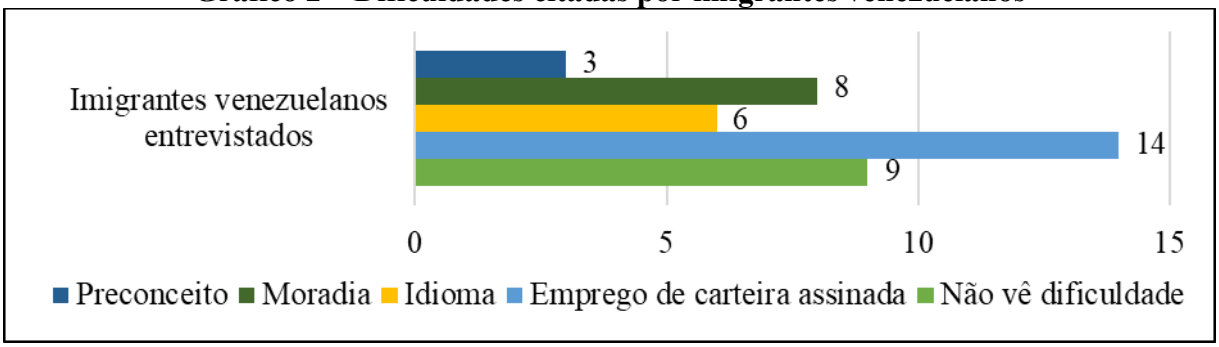
Esse cenário pode ser considerado como promissor no que diz respeito à inclusão socioeconômica dos imigrantes, sobretudo diante do contexto de escassez de empregos formais e de vulnerabilidade associada à inserção no mercado de trabalho informal. O acesso a benefícios sociais no Brasil assume, portanto, um papel relevante, na medida em que se configura como uma ferramenta importante para a mitigação e a ruptura do ciclo de vulnerabilidade que se estende desde o país de origem.

Em âmbito nacional, o acesso a benefícios sociais por parte dos imigrantes apresentou crescimento significativo. Segundo Waltenberg (2025), em 2025 mais de 404 mil estrangeiros estavam entre os beneficiários desses programas, o que corresponde a aproximadamente 40% da população imigrante residente no Brasil. É importante destacar que o recebimento desses benefícios está condicionado à regularização migratória no território nacional.

Dificuldades enfrentadas no Brasil

Outro questionamento levantado nas entrevistas refere-se às dificuldades encontradas pelos imigrantes venezuelanos para viver em Boa Vista-RR. Os entrevistados destacaram quatro obstáculos principais: a dificuldade de conseguir emprego de carteira assinada, a barreira do idioma, o acesso à moradia e a vivência de situações de preconceito. Ainda assim, um número significativo de participantes (9) afirmou não ter encontrado dificuldades, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Dificuldades citadas por imigrantes venezuelanos



Fonte: Elaboração própria.

Como já explanado anteriormente, os imigrantes apresentam muitos desafios no destino, um deles é a dificuldade em adentrar no mercado de trabalho formal. Tanto que na amostra analisada, a principal dificuldade mencionada foi a ausência de oportunidade de trabalho com carteira assinada (14). Entre as falas registradas destacam-se: “A dificuldade que eu sinto é a falta de trabalho de carteira assinada, tudo bonitinho”, “Aqui no Brasil, pelo menos em Boa Vista é difícil conseguir um emprego de carteira assinada”, “Tenho dificuldade em ter um emprego de carteira assinada, segura” , “Uma das maiores dificuldades é conseguir um emprego com a idade que eu tenho”, “Vejo dificuldade em conseguir um trabalho fixo, com carteira assinada, acho que o idioma dificulta nisso [conseguir trabalho]”, e “Aqui existe pouco trabalho, ainda mais aqueles que assinam a carteira” (SODRÉ, 2022).

Esse contexto deixa claro que a intenção do grupo estudado era adentrar no mercado de trabalho por via da formalidade. Entretanto, diante da ausência de alternativas concretas, o que se impões é aquilo

que Ulyssea (2023, p. 11) define como “survival view”, segundo a qual a informalidade é compreendida como uma estratégia de sobrevivência adotada por indivíduos de baixa qualificação, considerados pouco produtivos para se inserirem no mercado formal, cuja implicações e resultados de política pública seriam, portanto, evidentes.

Todavia, embora essa interpretação seja útil para evidenciar o caráter não voluntário da informalidade, ela tende a reduzir a complexidade das trajetórias migratórias ao associar a inserção informal exclusivamente a déficits individuais de qualificação ou produtividade. No caso dos imigrantes venezuelanos, a informalidade atua menos como reflexo da falta de qualificação e mais como resultado de barreiras estruturais, institucionais e simbólicas que limitam o acesso ao trabalho formal. Assim, a informalidade não deve ser vista como escolha racional ou permanente, mas como uma única alternativa imediata e viável para garantir a sobrevivência do indivíduo e de sua unidade familiar.

Como os imigrantes tentam superar essa dificuldade? Diversas estratégias são mobilizadas, entre as quais se destacam: 1) a realização de trabalhos precários e temporários, geralmente acordados de forma informal, “de boca”, com remunerações inferiores ao salário mínimo; 2) o trabalho por conta própria, como autônomos nas ruas, nas praças, na orla, e outros lugares; 3) o deslocamentos para a Guiana para comprar mercadorias – perfumes, acessórios para celulares, relógios, etc., e revender em Boa Vista-RR; 4) a comercialização de produtos alimentícios de pequeno porte – pipoca, batata frita, churros, água, refrigerante, balões, brinquedos, etc. – por meio de carrinhos ou bicicletas; 5) o trabalho para proprietários brasileiros de pequenos empreendimentos, em arranjos baseados na divisão do lucro com o empregador, como no caso de assistências técnicas de celulares ou carrinhos de lanche.

Outras dificuldades mencionadas afetam também a questão laboral. A falta de domínio do português, principalmente nos imigrantes venezuelanos recém-chegados é um empecilho para conseguir arrumar um emprego, como destacado nesta fala: “Vejo dificuldade em conseguir um trabalho fixo, com carteira assinada, acho que o idioma dificulta nisso (conseguir trabalho)” (SODRÉ, 2022). Contudo, a falta de domínio do idioma é uma dificuldade inicial, após a fase de adaptação, é superada pela maioria. Os imigrantes venezuelanos que trabalham como ambulantes nas áreas públicas de Boa Vista-RR tentam superar mais rapidamente esse obstáculo para poder comunicar-se com os brasileiros o mais próximo possível, adaptando-se no destino através do que se convencionou chamar popularmente de “portunhol”, uma mistura de português com espanhol, para assim conseguir a venda dos seus produtos. Essa necessidade de estar trabalhando e conseguir uma renda, faz com que os imigrantes consigam se adaptar rapidamente ao idioma no destino.

Outra dificuldade é o preconceito e a xenofobia, como destacado nesta fala: “Não [sente preconceito], apenas quando procuro um trabalho o brasileiro faz distinção. Um dia fui apenas participar

de um evento de rifa no ginásio de Boa Vista-RR, e fui informado nos alto-falantes que os venezuelanos não poderiam participar da rifa, fiquei indignado" (SODRÉ, 2022).

A moradia também é um importante empecilho na vida dos imigrantes no Brasil. Segundo oito entrevistados, essa dificuldade pesa muito na organização financeira dos imigrantes, como constatado nos seguintes relatos: "A maior dificuldade é a questão da moradia, ter que pagar aluguel. E também tem a falta de emprego", "Sim, tenho dificuldade porque não tenho moradia, não tenho trabalho e falta comida às vezes", "Tenho dificuldade quanto a questão de pagar aluguel, luz, água, são muitas contas, além da falta de trabalho de carteira assinada", "Tenho todas as dificuldades possíveis, gostaria de ir para Santa Catarina, o irmão do meu esposo está lá, mas não tenho dinheiro aqui, não tenho trabalho, não tenho comida e não tenho moradia" (SODRÉ, 2022). É relevante ressaltar que a maior parte dos imigrantes entrevistados (87,5%) reside em Boa Vista-RR mediante pagamento de aluguel, o que pode explicar a mencionada dificuldade relativa à moradia, já que essa situação geralmente está associada a outras dificuldades, especialmente a ausência de recursos financeiros e emprego estável, tornando as condições habitacionais mais precárias.

A precarização da moradia se associa a informalidade, pois de acordo com Ulyssea et al. (2025), cerca de 25% da população urbana mundial que está no mercado informal, tende a morar em assentamentos informais, denominados em alguns lugares como áreas periféricas ou "favelas", locais que apresentam uma ampla violação de direitos, devido principalmente sua infraestrutura coletiva e moradias individuais estarem aquém daquilo considerado aceitável. Associar a informalidade às condições de moradia, é extremamente pertinente, visto que ambas caminham juntas e a última torna-se uma consequência da primeira, que por sua vez, é reflexo da baixa capacidade do mercado formal de absorver a mão-de-obra ativa.

Assim sendo, as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes venezuelanos no Brasil refletem um conjunto de desafios no âmbito laboral e urbano, que vão desde a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, passando pelas barreiras linguísticas, até o preconceito, a xenofobia e a complexa questão da moradia. Tais entraves não apenas comprometem a inserção profissional desses indivíduos, mas também impactam negativamente em sua integração social e sua qualidade de vida.

As dificuldades expostas, evidenciam obstáculos estruturais para a efetivação do direito à cidade, entendido não apenas como o acesso ao território físico, mas também à dimensão imaterial da vida urbana, que envolve a participação social, o acesso a serviços públicos essenciais – como saúde, educação, transporte e moradia – e a oportunidade de trabalho digno (ALBUQUERQUE; SODRÉ, 2024).

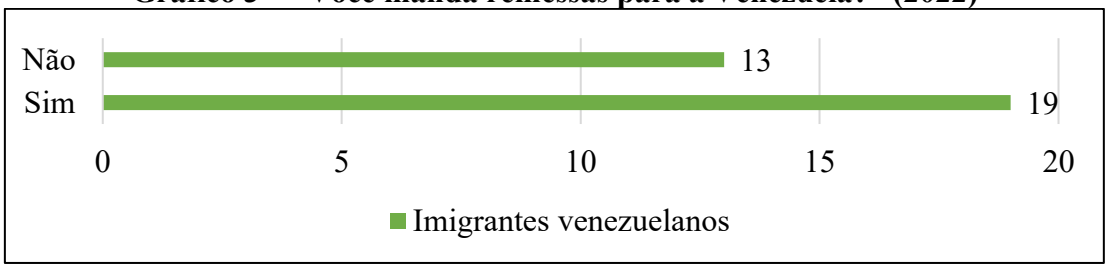
Diante desse cenário, torna-se imprescindível a implementação de políticas e intervenções públicas que promovam a inclusão e a equidade no mercado de trabalho para os imigrantes venezuelanos. Entre as

medidas possíveis, destaca-se a oferta de programas de capacitação linguística e profissional adaptados às especificidades desse grupo, com vistas a facilitar sua integração e ampliar o acesso ao emprego formal. Soma-se a isso a necessidade de garantir o acesso a programas habitacionais do governo federal, de modo a mitigar os impactos da precariedade e da ausência de moradia, condição fundamental para efetiva integração urbana e social.

Envio de remessas

Conforme as respostas dos entrevistados, a maioria envia remessas para a Venezuela (19) (Gráfico 3) e muitos dos que não enviam estão buscando emprego. Destaque para algumas falas dos participantes (SODRÉ, 2022): "Às vezes eu mando, sim, quando dá eu mando. Tenho família lá, mãe, pai e irmão", "Sim, eu mando remessas, para a minha mãe e dois irmãos que ficaram na Venezuela", "Sim, sempre que posso, mando remessas e comidas", "Quando eu tenho, mando sim para a minha família, quando não tem, eles têm que esperar", "Sim, eu mando para a minha filha que ficou lá", "Sim, todo mês mando remessas para ajudar meus familiares que ficaram lá", "Sim, mando sim para a minha irmã com o dinheiro do Bolsa Família" , "Ainda estou procurando [emprego] para mandar remessas para lá [Venezuela]" e "Não envio remessas porque cheguei recente aqui, tenho apenas 4 meses".

Gráfico 3 – "Você manda remessas para a Venezuela?" (2022)



Fonte: Elaboração própria.

As remessas são formas encontradas por imigrantes para amenizar as situações de vulnerabilidade dos seus familiares que ficaram na Venezuela. Consoante o trabalho de Simões, Silva e Oliveira (2017), a maioria dos imigrantes entrevistados por ele e sua equipe na cidade de Boa Vista-RR envia remessas no valor de R$ 101 a R$ 500 por mês (54,2%), sendo os principais beneficiários dessas remessas pais, filhos, cônjuges, irmãos e outros familiares. As formas de envio foram via transferências bancárias, viajantes e outros meios. E o uso das remessas foram para cobrir gastos com família, com educação, pagar dívidas e outros usos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou a inserção laboral dos imigrantes venezuelanos em Boa Vista-RR, com foco nas dinâmicas do trabalho informal e suas implicações sociais e urbanas. Os resultados evidenciam que a informalidade não constitui uma escolha deliberada, mas uma condição imposta por barreiras estruturais de acesso ao mercado de trabalho formal, mesmo entre indivíduos com escolaridade média ou elevada e experiencias profissionais prévias.

Os achados indicam que o principal motivador do deslocamento dos venezuelanos analisados é de natureza laboral, associado a busca por melhores condições de vida e estabilidade econômica. Contudo, chegando ao Brasil, esses imigrantes se deparam com dificuldades recorrentes para a formalização do trabalho, como exigências burocráticas, barreiras linguísticas, o não reconhecimento de diplomas e experiências profissionais, além de práticas de discriminação e xenofobia. Nesse contexto, o mercado de trabalho informal emerge como uma alternativa possível para garantir a sobrevivência imediata, ainda que em condições marcadas pela precarização, instabilidade de renda e ausência de direitos trabalhistas.

A pesquisa demonstra que os venezuelanos inseridos no mercado informal exercem múltiplas atividades, frequentemente caracterizadas por jornadas extensas, baixa remuneração e ausência de proteção social. Essa condição impacta diretamente a qualidade de vida desses imigrantes e de seus familiares, limitando sua capacidade de planejamento de longo prazo, de reunificação familiar e de envio de remessas para o país de origem. Ainda assim, a maioria dos entrevistados expressou desejo de permanecer no Brasil, associando esse projeto à possibilidade de estabilidade econômica futura, à proximidade geográfica com a Venezuela e à expectativa de melhoria gradual das condições de vida.

Diante desse quadro, conclui-se que a informalidade laboral atua como um mecanismo de inclusão subordinada dos imigrantes venezuelanos na economia urbana de Boa Vista-RR, permitindo sua permanência no território, mas restringindo o pleno acesso a direitos, oportunidades e ao direito à cidade. Tal dinâmica reforça desigualdades preexistentes e contribui para a reprodução de formas específicas de vulnerabilidade social no espaço urbano.

A partir dos resultados obtidos, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas públicas direcionadas para a inserção laboral formal dos imigrantes venezuelanos. Destacam-se como medidas prioritárias: a ampliação de programas de capacitação linguística e profissional articuladas as demandas do mercado de trabalho local; a criação de mecanismos que agilizem a validação de diplomas e experiências profissionais adquiridas no país de origem; e a promoção de parcerias entre o setor público, privado e instituições de ensino para criar um ambiente de transição do trabalho informal para o formal. Ademais, políticas habitacionais e de acesso a programas sociais de redistribuição de renda, visando

complementar as estratégias de inserção laboral, considerando que a precariedade de moradia aprofunda a vulnerabilidade social e limita a mobilidade ocupacional desses imigrantes.

Com o intuito de aprofundar o debate sobre migração e trabalho informal, este trabalho sugere-se algumas direções para investigações futuras. Em primeiro lugar, recomenda-se o desenvolvimento de estudos direcionados para compreender o processo para validação de diplomas e experiências dos imigrantes, especialmente entre imigrantes de alta escolaridade. Em segundo lugar, sugere-se a avaliação da eficácia das políticas de inserção laboral formal, considerando diferentes escalas de governo e seus impactos concretos nos índices de formalização e nas condições de trabalho. Em terceiro lugar, destaca-se a relevância de pesquisas que analisem os efeitos da informalidade na capacidade do envio de remessas, considerando a instabilidade e a baixa renda como fatores limitantes. Em quarto lugar, torna-se necessário investigar a relação entre gênero e informalidade, observando as formas diferenciadas de inserção laboral de mulheres imigrantes e os desafios adicionais enfrentados, como o acesso a creche e a exposição à violência no trabalho. Por fim, recomenda-se a realização de estudos de longo prazo que acompanhem a trajetória dos imigrantes, buscando compreender os fatores que favorecem ou dificultam a transição da informalidade para a formalidade no mercado de trabalho brasileiro.

REFERÊNCIAS

AILÁN, E. **Isenção laboral de imigrantes venezuelanos em Curitiba**: desafios e possibilidades (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal). Paraná: UTFPR, 2020.

ALBUQUERQUE, K.; SODRÉ, D. "Refugiados e Direito à Cidade: o caso dos indígenas Warao na Região Metropolitana de Belém (PA)". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 51, 2024.

ASSIS, G. O. "Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional". **Revista Estudos Feministas**, vol. 15, n. 3, 2007.

BASSO, P.; PEROCCO, F. "Imigração e transformação social da Europa: a reviravolta de uma época e as suas perspectivas". **Revista Perspectiva**, vol. 38, n. 4, 2020.

BERTOLDO, J. "Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos". **Revista Katálysis**, vol. 21, n. 2, 2018.

BIGNAMI, R. "Migração irregular e a economia informal na América Latina". *In*: VIRGINIO, F. (org.). **Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes**: navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2022.

BRASIL. "Bolsa Família dá suporte para famílias refugiadas e migrantes no Brasil". **Gov.br** [2025]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 22/09/2025.

BRASIL. “Programa Bolsa Família”. **Gov.br** [2024]. Disponível em: <www.gov.br>. Acesso em: 22/09/2025.

CARVALHO, S.; NOGUEIRA, M. “O trabalho precário e a pandemia: grupos de risco na economia do trabalho”. *In*: IPEA. (org.). **Mercado de Trabalho, conjuntura e análise**. Brasília: IPEA, 2020.

CORTINA, A. **Aporofobia, a aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CRESWELL, J. **Projeto de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

DARÓZ, C.; CELESTINO, S. **Operação Acolhida**: a força-tarefa logística humanitária e o apoio aos imigrantes venezuelanos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.

DÖNMEZ, S. “Can irregular migration provide safety and security to migrants?”. **Pamukkale Üniversitesi Sosyal Bilimler Enstitüsü Dergisi**, n. 60, 2024.

DOORN, N.; VIJAY, D. “Gig work as migrant work: The platformization of migration infrastructure”. **Environment and Planning A: Economy and Space**, vol. 56, n. 4, 2024.

FARIA, L. **Cadeias globais de cuidado**: migrações femininas e o programa Au Pair nos EUA (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Relações Internacionais). São Paulo: PUCSP, 2023.

FERREIRA, M.; COSTA, R.; SIMÕES, G. “O lumpemproletariado no contexto da migração venezuelana em Roraima”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 20, n. 58, 2024.

FERREIRA, M.; JAQUEIRA, M. “Os aspectos da migração laboral venezuelana em Roraima: a fronteira entre o formal e o informal”. *In*: MENDES, F.; SILVA, C.; SENHORAS, E. (orgs.). **Migração Venezuelana**: Roraima como epicentro dos deslocamentos. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

HART, K. “Informal income opportunities and urban employment in Ghana”. **The Jornal of Modern African Studies**, vol. 11, n. 1, 1973.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22/09/2025.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

MENDES, F.; SILVA, C.; SENHORAS, E. “História recente da Venezuela: crise e diáspora”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 10, n. 29, 2022.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. **Glossário sobre Migração**. Genebra: OIM, 2009. Disponível em: <www.oim.org>. Acesso em: 22/09/2025.

OIM – Organização Internacional para as migrações. **Migrantes internacionais somam 272 milhões, 3,5% da população global, aponta relatório da OIM**. Brasília: OIM, 2019. Disponível em: <www.oim.org>. Acesso em: 22/09/2025.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Perspectivas sociais e de emprego no mundo: tendências globais 2023**. Genebra: OIT, 2023. Disponível em: <www.oim.org>. Acesso em: 22/09/2025.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Woman and man in the informal economy: a statistical picture**. Genebra: OIT, 2018. Disponível em: <www.oim.org>. Acesso em: 22/09/2025.

OLIVEIRA, A. T. "A Migração Venezuelana no Brasil: crise humanitária, desinformação e os aspectos normativos". **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, vol. 13, n. 1, 2019.

ONU MULHERES. "Em Roraima e com o apoio da ONU Mulheres, Fenatrad reforça direitos de trabalhadoras refugiadas e migrantes". **ONU Mulheres** [2023]. Disponível em: <www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 26/11/2025.

ONUKI, H. "Informalization and Temporary Labor Migration: Rethinking Japan's Technical Intern Training Program From a Denationalized View". **Critical Sociology**, vol. 51, n. 1, 2025.

PAPADEMETRIOU, D. "Gerir Melhor as Migrações Internacionais: Princípios e perspectivas para maximizar os benefícios das migrações". *In*: PAPADEMETRIOU, D. (org.) **A Europa e seus Imigrantes no Século XXI**. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2008.

PEIXOTO, J. "As teorias explicativas das migrações: Teorias micro e macro-sociológicas". **Socius Working Papers**, vol. 1, n. 11, 2004.

PINHEIRO, J. M.; LOBO, J.; JUNQUEIRA, K. "Refugiados LGBTTI: o papel da ONU e a invisibilização dos LGBTTI sob o conceito de Refugiado". **Periódicus**, vol.1, n. 12, 2020.

R4V. "Refugiados y Migrantes de Venezuela". **R4V** [2023]. Disponível em: <www.r4v.info>. Acesso em: 10/09/2025.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

SALADINI, A. **Trabalho e Imigração**: os direitos sociais do trabalhador imigrante sob a perspectiva dos direitos fundamentais (Dissertação de Mestrado em Direito) Paraná: UENP, 2011.

SANTOS, G.; SENHORAS, E. "Migração Venezuelana para Roraima". *In*: MENDES, F.; SILVA, C.; SENHORAS, E. (orgs.). **Migração Venezuelana**: Roraima como epicentro dos deslocamentos. Boa Vista: Editora IOLE, 2022.

SILVA, V. "Contribuições dos estudos de gênero e da colonialidade para os debates sobre migrações internacionais". **Revista GeoPantanal**, vol. 17, n. 32, 2022.

SIMÕES, G.; SILVA, L.; OLIVEIRA, A. "Perfil sociodemográfico e laboral dos venezuelanos em Boa Vista". *In*: SIMÕES, G. (org.). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

SIMÕES, G.; VAZ, L. "O preparo e emprego militar na crise migratória venezuelana no brasil". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 45, 2023.

SOARES, M. A.; FARRET, N. K. "Brazilian response to the Venezuelan humanitarian crisis: Operation Acolhida as a politics of hope". **Contexto Internacional**, vol. 45, n. 1, 2023.

SODRÉ, D. "Uma análise sobre a espacialização dos migrantes venezuelanos interiorizados pela Política da Operação Acolhida na Amazônia Legal brasileira (2018-2023)". **Anais do XXI Congresso Brasileiro de Sociologia**. Belém: UFPA, 2023.

SODRÉ, D. **Migração Internacional na Pan-Amazônia**: Um estudo sobre a migração venezuelana e o acolhimento dos migrantes em Boa Vista-RR e Belém-PA (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: UFPA, 2022.

SODRÉ, D.; ARAGÓN, L. "Migração de Crise, Securitização e Aporofobia: um aporte para analisar o caso dos venezuelanos". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 20, n. 59, 2024.

SOUZA, L. **Uma análise do processo decisório, do planejamento e da execução da operação acolhida**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

SPENCER, S.; TRIANDAFYLLIDOU, A. "Irregular Migration". *In*: SHOLTEN, P. (org.). **Introduction to Migration Studies**: An Interactive Guide to the Literatures on Migration and Diversity. Cham: Springer. 2022.

ULYSSEA, G. *et al.* "Informality". **VOXDEV** [2025]. Disponível em: <www.voxdev.org>. Acesso em: 19 dez. 2025.

UNICEF. **Crise migratória venezuelana no Brasil**. Brasília: UNICEF, 2019. Disponível em: <www.unicef.org>. Acesso em: 22/09/2025.

WALTENBERG, G. "Bolsa Família pagou R$ 1,5 bi a estrangeiros em 2024". **Poder 360** [2025]. Disponível em: <www.poder360.com.br>. Acesso em: 29/12/2025.

WEITZMAN, A.; HUSS, K. "The Venezuelan Humanitarian Crisis, Out-Migration, and Household Change Among Venezuelans in Venezuela and Abroad". **Demography**, vol. 61, n. 3, 2024.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 24 | Nº 71 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima